



**SANTA
CASA**

DA MISERICÓRDIA DA HORTA

REGULAMENTO INTERNO



Centro de Alojamento Temporário

| **CAT**

| Rampa de São Francisco, 1

9900-033, Horta

| Telef: 292 207 500

| Site: www.scmhorta.pt

REGULAMENTO INTERNO
Centro de Alojamento Temporário (CAT)

O **Centro de Alojamento Temporário (CAT)** é uma valência da Santa Casa da Misericórdia da Horta (SCMH) sita na Rua Luís Moura nº13, Angústias. Trata-se de uma resposta destinada a proporcionar alojamento temporário e acompanhamento psicossocial a pessoas do sexo masculino e rege-se pelas normas do presente regulamento e pela demais legislação aplicável.

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento interno contém regras gerais de organização e funcionamento do Centro de Alojamento Temporário, adiante designado, por CAT.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se às pessoas residentes do CAT, aos colaboradores, aos estagiários e aos voluntários da instituição. Tem como âmbito:

- a) Promover o respeito pelos direitos dos utentes e de todos os que trabalhem no CAT;
- b) Definir os deveres dos utentes e de todos os que direta e/ou indiretamente colaborem com o CAT;
- c) Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do CAT;
- d) Promover a participação ativa dos utentes e dos seus representantes legais ao nível da gestão das respostas sociais.

**Artigo 3.º**

Instalações

As instalações do CAT são compostas por: 3 quartos duplos, cozinha, sala com televisão, 3 casas de banho, 1 sala de jantar, 1 despensa, 1 gabinete para colaboradores e espaço exterior.

Artigo 4.º

Capacidade

O CAT é um equipamento social com capacidade para acolher 6 residentes do sexo masculino, maiores de idade, fisicamente autónomos, com capacidade para a inserção ocupacional/laboral e autonomização, e que se encontram em situação de exclusão social (ver artigo 5.º).

Artigo 5.º

Destinatários

São beneficiários do CAT, homens em situação de exclusão social, nomeadamente, na condição de sem-abrigo, em processo de reabilitação, em situação de repatriamento, ex-reclusos, sem suporte familiar e/ou outras situações de vulnerabilidades psicossociais.

Artigo 6.º

Objetivos

O CAT visa a prossecução dos seguintes objetivos:

a) Acolher temporariamente, por um período não superior a 12 meses, salvo avaliação da Diretora Técnica e respetiva Mesa Administrativa, mediante um Projeto Individual de Intervenção (PII) estabelecido em conjunto com a direção técnica e o utente;

- b) Criar condições para que os utentes exerçam os seus direitos e deveres de cidadania;
- c) Promover atividades e um ambiente que permita recuperar a sua autonomia e a sua autoestima perspetivando uma ajustada reinserção social;
- d) Encaminhar para outras respostas (p.e., sociais, saúde) de acordo com as necessidades do utente;
- e) Possibilitar o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos utentes;
- f) Incentivar os utentes a serem agentes ativos na construção do seu próprio projeto de vida;
- g) Incluir as famílias e/ou pessoas de referência no projeto de integração social dos utentes;
- h) Promover a vivência de uma experiência comunitária regulada por normas.

Artigo 7.º

Equipas

1. A Coordenação será efetuada pela Diretora Técnica da valência que, juntamente com 5 colaboradores, nomeadamente Ajudantes de Lar e Centro de Dia e Cuidadores Sociais, deverá assegurar a necessária harmonização de princípios, regras e resolução dos problemas correntes;

Artigo 8.º

Reuniões

1. Todos/as os/as colaboradores/as deverão reunir-se pelo menos uma vez por mês e sempre que considerem necessário;
2. A iniciativa de convocação para as reuniões deverá ser da Diretora Técnica.

Artigo 9.º

Registos

O CAT dispõe de:

- a) Registo de assiduidade manual;
- b) Livro de ocorrências;
- c) Processo individual de cada utente.

Artigo 10.º

Serviços e atividades desenvolvidas

O CAT garante a prestação dos seguintes serviços:

- a) Alojamento;
- b) Alimentação;
- c) Acesso a cuidados de higiene e conforto pessoal;
- d) Tratamento de roupa;
- e) Apoio psicossocial.

CAPÍTULO II

Admissão e Permanência

Artigo 11.º

Condições de Admissão

1. É condição geral de admissão:

- a) Admissão direta a casos anteriormente identificados pela SCMH;
- b) Autoproposta;
- c) Encaminhadas pelo Instituto da Segurança Social dos Açores, Polícia de Segurança Pública, Hospital e outras instituições;

2. Constituem condições específicas de admissão:

- a) Apresentar condições físicas e mentais adequadas ao normal funcionamento do CAT;
- b) Ter idade igual ou superior a 18 anos, e até 65 anos;

3 – O Plano Individual de Intervenção (PII) é definido para e com o utente, onde consta os objetivos e metas a atingir.

Artigo 14.º

Permanência

1 – A permanência no centro de alojamento tem carácter transitório, não excedendo o período de 12 meses.

2 – A título excecional, mediante parecer fundamentado da Diretora Técnica e relatório de avaliação da situação do utente, o período de permanência definido no número anterior poderá ser prorrogado.

Artigo 15.º

Cessação de Permanência

1. A permanência no CAT cessa numa das seguintes situações:

- a) Verificação das condições necessárias e efetivas para a reinserção dos utentes;
- b) Termo do período de permanência previsto no artigo anterior;
- c) Manifestação de vontade do utente;
- d) Incumprimento das regras estabelecidas no regulamento em vigor.

Artigo 16.º

Contrato de Admissão

O acolhimento no CAT exige e decorre da celebração de um contrato de admissão, que vigora, salvo indicação escrita em contrário, desde a data de admissão do utente. As normas do presente regulamento são consideradas cláusulas contratuais a que os clientes devem manifestar total adesão.

O contrato de alojamento cessa, nomeadamente por:

- Caducidade;
- Revogação;
- Resolução por iniciativa de qualquer das partes;
- Incumprimento;

17-1-
11/06/2015
X

- Inadaptação do cliente/utente.

Capítulo III ***Direitos e Deveres***

Artigo 17.º **Deveres do CAT**

Constituem deveres do Centro de Alojamento:

1. A Diretora Técnica deverá acompanhar a integração do residente, cabendo à mesma a avaliação do processo de integração;
2. O CAT deverá assegurar o bem-estar físico e psicológico dos residentes, o que deverá passar pelo encaminhamento para a assistência médica, de enfermagem, psicológica e social, oportuna e continuada;
3. Cada residente terá um Plano Individual de Intervenção que deverá ser definido com o residente (início) e avaliado (no decurso) pela Diretora Técnica. Este plano deverá contemplar diversas áreas e sempre que necessário articulado com os técnicos das áreas envolvidas: Saúde, Habitacional, Psicossocial, Laboral, Ocupacional, Clínico e Jurídico.

Artigo 18.º **Direitos e Deveres dos Utentes**

1. Os utentes têm o direito de:
 - a. Alojamento;
 - b. Alimentação
 - c. Serviço de lavandaria;
 - d. Produtos de higiene;
 - e. Apoio no vestuário, no caso de o residente não dispor de meios suficientes para o adquirir;
 - f. Ser respeitado pela sua identidade, personalidade e privacidade;
 - g. Participar ativamente no seu projeto de vida;

- h. O residente pode apresentar reclamações acerca do funcionamento ou dos serviços que lhe são prestados no CAT;
- i. O residente poderá guardar os seus objetos pessoais no seu quarto, sendo estes da sua única e exclusiva responsabilidade;
- j. Quando o utente cessar a sua estadia no CAT deverá levar todos os seus pertences pessoais;
- k. Por decisão da Diretora Técnica, os utentes podem mudar de quarto sempre que necessário.

2. Os utentes têm o dever de:

- a. O utente deve cumprir na íntegra o presente regulamento e aceitar as decisões da Diretora Técnica e restantes colaboradores;
- b. O utente durante o acolhimento na valência CAT, que tiver rendimentos, deve participar com uma percentagem dos seus rendimentos (80%) para as despesas previstas no seu acolhimento, sendo que, a medicação e outros bens solicitados pelo utente serão participados à parte;
- c. O utente deverá cumprir com o plano acordado entre a Diretora Técnica e o utente;
- d. O utente deve tratar com civismo o pessoal ao serviço no CAT e os demais utentes;
- e. Os utentes devem estabelecer entre si relações cordiais, contribuindo para um bom ambiente no CAT;
- f. O utente tem o dever de participar nas tarefas domésticas, quando solicitado;
- g. Os utentes são responsáveis pela boa ordem, utilização e conservação dos bens que lhes são distribuídos, ficando obrigados a indemnizar a instituição por quaisquer danos nas instalações e nos equipamentos que utilizam em exclusivo ou nas instalações ou equipamentos de uso comum;
- h. Nos casos em que não seja possível identificar o autor de quaisquer danos nas instalações ou equipamentos de uso comum, poderão os mesmos ser imputados a todos os utentes;
- i. Os utentes deverão comunicar ao colaborador e/ou Diretora Técnica qualquer anomalia que seja detetada no material ou equipamento do CAT;
- j. O utente deve manter os seus bens arrumados, e cuidar da sua higiene pessoal, apresentando-se diariamente limpo e com os seus bens arrumados;
- k. A preparação, confeção de alimentos no quarto é expressamente proibida;

- l. Os utentes são responsáveis por quaisquer danos ou perdas sofridas nos seus bens pessoais, ou que ocorram por resultado de uma incorreta manipulação dos mesmos, ou com o desrespeito das regras de segurança;
- m. A participação nas reuniões e programas do CAT é obrigatória, exceto em situações devidamente justificadas;
- n. É expressamente proibido a posse de quaisquer armas ou substâncias tóxicas, inflamáveis ou perigosas para a segurança de todos os utentes;
- o. É expressamente proibido aos utentes o consumo ou a posse de álcool e ou substâncias de estupefacientes dentro CAT e de apresentar-se visivelmente alcoolizado;
- p. É expressamente proibido fumar nos quartos, casas de banho, corredores, cozinha, sala de estar e refeitório. Só é autorizado fumar nos espaços exteriores do CAT;
- q. É proibida a posse e o consumo de medicamentos sem o conhecimento e autorização do técnico responsável;
- r. É proibido levar para o centro qualquer animal de estimação;
- s. Não é permitido aos utentes trazerem pessoas estranhas ao CAT, salvo familiares com autorização prévia da Diretora Técnica da valência;
- t. Os utentes não deverão ausentar-se ou passar uma ou mais noites, fora do CAT sem aviso prévio e sem justificação válida;
- u. Os utentes devem aceitar assistência médica e medicamentosa, em caso de doença súbita ou crónica;
- v. Os utentes ao deixarem o CAT terão de devolver quaisquer artigos que inicialmente terão sido entregues, bem como, receber a devolução da caução no valor de 20 euros, caso os artigos se encontrem em bom estado;
- w. Os residentes poderão ser sujeitos à revista na entrada do CAT, assim como dos seus pertences nos quartos.

Artigo 19.º

Caução

No primeiro mês de acolhimento será solicitada uma caução de 20 euros, esta caução só será utilizada se a residente provocar danos nos artigos que lhe foram

atribuídos ou na valência. Caso contrário, a mesma quantia será devolvida aquando da sua saída do CAT.

CAPÍTULO IV

Funcionamento

1. O CAT funciona em regime permanente todos os dias da semana, praticando os seguintes horários:

a. Horários de Funcionamento:

Turnos	Horário
1º Turno: Manhã	08H00 – 16H00
2º Turno: Tarde	16H00 – 00H00
3º Turno: Noite	00H00 – 08H00
Turno Intermédio	08H00 - 15H00

b. Horários dos Quartos:

Hora mínima da saída dos quartos	A partir das 7h30
Hora máxima da saída dos quartos	9h
Vistoria aos quartos	A qualquer hora
Recolher aos quartos de domingo a 5ª feira	Até 22h30
Recolher aos quartos 6ª feira e sábado	Até 00h00

c. Horários das Refeições:

Pequeno-almoço	08H00 – 09h30
Almoço	12h00 – 13h00
Jantar	19h00 – 20H00
Ceia	21h30 – 22h30

d. Horário de TV:

Fecho sala de Domingo a 5ª feira	22h30
Fecho sala 6ª feira e sábado	00h00

e. Horário de saída:

De 2ª feira a Domingo	09h30
-----------------------	-------

f. Horário de entrada:

De 2ª feira a Domingo	<ul style="list-style-type: none">-Não é permitida entradas e saídas frequentes do centro;-No período da manhã a entrada é só a partir das 11h30 (exceto em situações devidamente autorizadas);-Após o almoço, só poderá entrar a partir das 18h30.
-----------------------	---

2. Constituem, ainda, regras de funcionamento do CAT:

- a) O banho diário obrigatório poderá ocorrer antes ou após o jantar e/ou de manhã em caso de necessidade;
- b) Evitar o uso de roupa de dormir fora do quarto;
- c) Após as 22h30 não é permitido fazer barulho;
- d) O quarto tem de ser limpo e arejado todos os dias;
- e) Os utentes devem colaborar nas tarefas de limpezas gerias que lhes forem propostas;
- f) A roupa deve ser marcada individualmente com o nome do utente;
- g) A roupa suja deverá ser entregue diariamente num saco identificado ao colaborador de serviço;
- h) Cada utente fica responsável pela arrumação e conservação da sua roupa.



Artigo 20.º

Alimentação

- 1.O CAT assegura uma alimentação variada e adequada, sendo disponibilizada pela cozinha da SCMH;
2. Sempre que possível, as refeições devem ser tomadas em conjunto.

Artigo 21.º

Alojamento e tarefas domésticas

- 1 – Os quartos dos utentes são duplos. Os objetos pessoais de cada utente podem ficar com os mesmos;
- 2 – Os utentes devem zelar pela limpeza e arrumação diária dos quartos, bem como as áreas comuns, mantendo o espaço limpo e arrumado, de acordo com o plano de tarefas.

Artigo 22.º

Atividades/Serviços Prestados

1. Atividades do quotidiano/obrigatórias:
 - a) Banho diário;
 - b) Presença nas refeições;
 - c) Arrumação do quarto e das instalações sanitárias;
 - d) Participação nas atividades propostas pela Mesa Administrativa e/ou Direção Técnica.
2. Lugares de permanência:
 - a) O lugar de permanência dos utentes durante o dia é a sala de estar;
 - b) A permanência nos quartos durante o dia só é permitida em casos excecionais;
 - c) A entrada e permanência nos quartos só é autorizada aos seus utilizadores e aos colaboradores do CAT.

Artigo 23.º**Segurança e proteção de bens e pessoas**

1. Para salvaguarda da segurança de todos os utentes, não é permitido:
 - a) Receber visitas no CAT (sem autorização da Diretora Técnica);
 - b) Trazer objetos cortantes para o interior do CAT;
 - c) Trazer substâncias psicoativas para o interior do CAT;
 - d) Ameaçar e/ou agredir utentes e/ou colaboradores;
2. Quando se justifique o recebimento de visitas, a Diretora Técnica procurará encontrar um espaço para o efeito.

Artigo 24.º**Advertências e Sanções**

1. O incumprimento das normas estipuladas no regulamento, conduz à aplicação de sanções avaliadas e determinadas pela Diretora Técnica que poderão, pela análise da gravidade, intencionalidade e repetição, resultar em advertências orais, penalizações intermédias e expulsão da valência;
2. Ressalve-se que dependendo da intensidade da atitude/comportamento poderá justificar-se advertência oral em conjunto com a penalização intermédia, bem como, mediante parecer técnico, pode-se abdicar destas penalizações e aplicar de vez a expulsão.
3. O registo dos incumprimentos por utente deve ser realizado no documento individual designado Sistema de Penalização e arquivado num dossier para o efeito.
4. A competência para a aplicação da sanção é da Diretora Técnica e, na sua ausência, pelo/a colaborador de serviço.

CAPÍTULO V***Recursos Humanos*****Artigo 25.º****Quadro de Pessoal**



O quadro de pessoal do CAT encontra-se afixado à entrada da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

Artigo 26.º

Direção Técnica

1. Funções da Diretora Técnica:

- a) Coordenar e supervisionar as atividades do restante pessoal;
- b) Promover o bom acolhimento e acompanhamento dos utentes;
- c) Propor à Mesa Administrativa reuniões de trabalho com os utentes e com o pessoal, a fim de assegurar o bom ambiente interpessoal e o correto funcionamento do CAT;
- d) Propor à Mesa Administrativa a realização de ações de formação de acordo com as necessidades verificadas;
- e) Propor a admissão de pessoal sempre que o bom funcionamento do serviço o exija;
- f) Propor a contratação eventual de pessoal, na situação de faltas prolongadas de pessoal efetivo;
- g) Propor à Mesa Administrativa a aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento do estabelecimento, bem como a realização de obras de conservação e reparação sempre que se tornem indispensáveis;
- h) Elaborar um plano e um relatório anual de atividades;
- i) Emitir parecer sob os processos de admissão dos clientes;
- j) Organizar e manter atualizado o processo individual de cada utente com reserva adequada dos documentos de carácter confidencial;
- k) Encaminhar para respostas da área da saúde quando a situação de saúde dos utentes o justifique;
- l) Articular com instituições/serviços da comunidade sempre que a situação do utente o exija;
- m) Ajudar os utentes na definição do seu projeto de vida com vista à reinserção social.

**Artigo 27.º****Ajudantes de Lar e Centro de Dia e Cuidadores Sociais****1. Funções dos Ajudantes de Lar e Centro de Dia e Cuidadores Sociais:**

- a) Acompanhamento diurno e/ou noturno dos utentes;
- b) Colaboração nas tarefas de alimentação dos utentes;
- c) Participação na ocupação dos tempos livres;
- d) Supervisão dos cuidados de higiene e conforto dos utentes;
- e) Limpeza e colaboração na arrumação dos espaços privados e comuns dos utentes, bem como, dos espaços exteriores, quando necessário;
- f) Arrumação e distribuição das roupas lavadas e recolha de roupas sujas, posterior entrega na lavandaria.

CAPÍTULO VII***Disposições Finais*****Artigo 28.º****Livro de Reclamações**

O CAT possui livro de reclamações, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 29.º**Disposições finais**

1 – Nos casos em que não se justificar a expulsão do CAT, podem ser aplicadas outras medidas punitivas, a definir de acordo com a situação pela Mesa Administrativa e Diretora Técnica;

2 – A Diretora Técnica reserva-se ao direito de fazer revista aos quartos e pertences dos utentes, bem como, à entrada da residência sempre que achar pertinente;

3 - Em tudo o que este regulamento for omissso aplica-se o regulado para este efeito em instituições congêneres e na lei geral aplicável;

Artigo 30.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor a 01 de outubro de 2025.

O presente regulamento interno obriga à sua leitura e aplicação por parte de todos os colaboradores do CAT. Para o efeito, o mesmo será apresentado em reunião presencial com os respetivos no dia 02 de outubro de 2025, que após tomada de conhecimento, assinam abaixo.

Horta, 25 de setembro de 2025

A Mesa Administrativa

Provedor:



Vice-Provedor:



Tesoureira:

